

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTÓRIA PÚBLICA E PERFORMANCE: PENSAR OS PÚBLICOS A PARTIR DOS PALCOS DO TEATRO

Ivan de Melo Santos

Mestrando na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão)

ms_ivan@ymail.com

Movido pela proposta da presente publicação em pensar a história pública à luz de questões que se agregam na base de sua prática (o como, com quem, para quem e para quem fazê-la), preferi iniciar este texto comentando brevemente como comecei a aproximar a história da performance teatral e tenho feito deste diálogo minha prática de pesquisas acadêmicas e também artísticas já há algum tempo. Antes mesmo de optar por seguir a graduação em História, o meu *background* teórico, se assim posso dizer, já pertencia ao campo das artes e do teatro em trabalhos voltados para a mediação cultural. Essa experiência pregressa fez com que de algum modo todo o meu percurso pela vida acadêmica fosse marcado, com alguma teimosia, devo confessar, pela tentativa de unir meus interesses anteriores com aqueles que a história passou a me apresentar. Não preciso dizer que enfrentei alguma resistência e ceticismo por parte de colegas e professores dedicados as metodologias tradicionais ao apresentar propostas de pesquisas em história que versavam com o fazer teatral e com a performance. De fato, vivia mais no departamento vizinho do que entre meus pares, o que fez com que minha experiência de formação fosse, no mínimo, bem transdisciplinar. Apesar das pesquisas que ensaiava até ali foi somente alguns anos depois que encontrei uma espécie de prova de que o diálogo que eu propunha entre história e teatro vingava e claro, essa prova vinha do segundo campo.

Me refiro à noite em que assisti pela primeira vez o espetáculo *Jacy* apresentado pelo Grupo Carmin na cidade do Natal (RN). Os atores em cena apresentavam a quem ali estivesse, no melhor estilo brechtiano aquém da ilusão da representação, como encontraram na esquina de uma das avenidas mais movimentadas da cidade uma certa frasqueira. O objeto, que aos olhos do encenador parecia minimamente útil como item de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cena, continha em seu interior uma série de outros objetos pertencentes a uma certa mulher chamada Jacy. Num diálogo que se estendia em tom de conversa em direção ao público, o ator e a atriz que dividiam a cena com um terceiro integrante que fazia as vezes de *filmmaker*, contavam como os objetos encontrados na frasqueira os inspiraram a criar um espetáculo sobre temas distintos como a velhice e a solidão. Compartilhavam como ao apresentarem estas ideias em fragmentos do trabalho ainda durante o processo criativo, no entanto, percebiam que o interesse do público se voltava indistintamente para o objeto inicial, a tal frasqueira encontrada na rua. Foi então que o grupo decidiu dar atenção aqueles objetos, não mais como itens de cena, mas como documentos (GRUPO CARMIN, 2017). Documentos estes que narravam a biografia de Jacy, uma mulher que viveu – como vieram a descobrir mais tarde – alguns dos principais eventos dos quais a cidade foi palco durante o século XX, entre eles a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial quando Natal serviu de base militar estratégica para os Estados Unidos (OLIVEIRA e PONTUAL, 2008).

O mote da cena, o seu argumento, estava dado. Henrique Fontes e Pablo Capistrano, os dramaturgos encarregados de tecer esse novo, construíram então uma narrativa que entremeava a história da biografada Jacy com a história da cidade presente nos livros historiográficos e na memória coletiva daqueles que ali residem. Neste esforço o grupo procurou demonstrar, à seu modo, os processos de ruptura e continuidade entre a história de sua protagonista e os aspectos culturais, sociais e políticos que perpassavam a história local recente. De um modo, em resumo, o Grupo Carmin conseguira, ao reduzir a escala de observação e aproximar a lente de uma personagem anônima – de maneira inadvertidamente próxima da aspiração da micro-história (LEVI, 1992), é até possível dizer – biografar também a todos que ali assistiam ao espetáculo. Esta última sentença eu pude ouvir de um dos presentes já na saída do teatro ao comentar o que acabara de ver em um misto de empolgação e gesticulação. O público vibrava com alguns dos detalhes de sua própria história - descobertos ali ou mesmo lembrados - apresentados em cena. Também eu, o paulista em meio a plateia de maioria natalense, partilhava aquele frenesi e desde então me dediquei a esmiuçar aquela experiência.

A partir daqui deixarei de lado a parte mais específica das pesquisas que iniciei voltadas para a estética documental própria do trabalho do Grupo Carmin (SANTOS,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2018) ao qual assisti aquela noite para tratar da brecha, e a princípio foi assim que o encarei, que me permitiria falar de um conhecimento histórico que pudesse ser comunicado nos palcos por meio da linguagem performática, falo do campo da história pública. Aludo a brecha em seu sentido figurado, como o de uma circunstância oportuna, uma vez que algumas das premissas da história pública me forneciam ferramentas para questionar alguns pontos interessantes do diálogo que eu ensaiava. Dentre essas premissas, destaco a preocupação da história pública com as demandas do público pelas narrativas históricas em circulação na esfera pública (LIDDINGTON, 2011; SCHITTINO, 2016; FAGUNDES, 2017); com os processos que envolvem a comunicação dos saberes históricos com os públicos extra-acadêmicos, a chamada “publicização da história” (ALMEIDA e ROVAI, 2013; ROVAI, 2018); e com as perspectivas de trabalho compartilhado entre historiadores e interlocutores não-especializados (SANTHIAGO, 2016; FRISCH, 2016).

A primeira destas premissas, a demanda do público por narrativas históricas, se mostra um importante indicador para os historiadores acadêmicos que desejam se enveredar pela ampliação e compreensão dos públicos com que dialoga, uma vez que permite uma aproximação com as próprias formas pelas quais estes distintos públicos se relacionam com o próprio passado em seu cotidiano. Uma pesquisa neste sentido foi realizada no final da década de 1990 pelos historiadores públicos estadunidenses Roy Rosenzweig e David Thelen com o intuito de descobrir como se operavam as relações do público com o passado por intermédio de práticas diversas, da leitura de um romance histórico ao colecionismo de itens antigos, passando pelo consumo de documentários e idas à museus e outros espaços que se dedicam a temática histórica (ROSENZWEIG e THELEN, 1998). Não é nenhuma surpresa que a pesquisa dos autores tenha revelado o contato maior do público não especializado com o conhecimento histórico a partir de narrativas de circulação ampla e não de produções científicas, o que possibilitou, por outro lado, entrever possíveis espaços na esfera pública a serem ocupados pelo historiador público (o afã primeiro da história pública estadunidense) e também uma preferência substancial do público pelas representações históricas em diferentes linguagens, entre as quais se destaca a performance.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Filmes e documentários para a TV ou para o cinema, séries, minisséries e telenovelas históricas são talvez as formas mais comuns de representação da história por meio da linguagem performática e que ganharam, de uma forma ou de outra, uma atenção maior dos historiadores acadêmicos nos últimos anos, visto que o suporte e o discurso fílmico passaram também a ser compreendidos como documentos passíveis de análise científica (FERRO, 2012). Fazendo uso desta linguagem os campos da história oral e da história pública atuaram de modo a expandir seus interesses de pesquisa, sejam elas voltadas para distintas abordagens sobre o produto audiovisual (FERREIRA, 2016) ou mesmo como recurso para a própria prática de uma *escrita videográfica* (MAUAD, 2018). Me deterei aqui, no entanto e indo de encontro a trajetória de pesquisa que apresentei no início deste texto, em outras práticas de performance da história que ainda recebem pouca atenção dos historiadores, mesmo entre interlocutores da história pública, no Brasil.

Remeto as práticas performáticas que têm o corpo do(s) *performer(s)* como suporte e não prescindem, em sua maioria, da presença do público, mas que encontram no diálogo direto com este sua própria conformação. É o caso da dança, da contação de histórias, dos shows musicais, da *performance art*, do teatro e até mesmo das apresentações, mais comuns no exterior do que por aqui, de *living history*, a “história viva” apresentada em espaços como museus e sítios históricos (PEERS, 1999). Podemos falar destas práticas enquanto formas de representação da história quando seus proponentes procuram no passado, essa matéria pretérita, o liame para a construção de seu discurso, muitas vezes em tom de reflexão e/ou crítica sobre narrativas, memórias e discursos arraigados no próprio tempo presente. Alguns teóricos – do campo teatral e também da história - têm formulado chaves conceituais para se pensar a prática de artistas que se voltam para algum tipo de representação histórica (ROKEM, 2002; SMALL, 2019) e cito aqui a contribuição da historiadora Ana Maria Mauad ao destacar nestes indivíduos uma característica interessante a que chama de uma *atitude historiadora*, definindo seus trabalhos como um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

[...] indagar o passado como uma das dimensões do terreno poroso do presente onde residem as tradições, os comportamentos residuais, mas de onde, quando problematizado, emerge um conhecimento crítico que nos impele para a ação. [...] Anacronicamente o passado torna-se objeto de vanguarda quando enfrentamos a percepção de que a matéria pretérita pode ser continuamente reapropriada como matéria de imaginação. Assim, ao se assumir uma atitude historiadora nos lançamos ao passado e [...] reconhecemos nele as possibilidades de futuro, num movimento de distanciamento e aproximação (MAUAD, 2016, p.234).

O que o olhar que se detém sobre as narrativas históricas produzidas pela linguagem performática revela, por sua vez, é essa distinta comunicação com o público que opera, ao exemplo do espetáculo *Jacy* do Grupo Carmin já citado, de forma imediata, no sentido de dispensar mediações; coletiva, por ser partilhada com uma determinada comunidade em determinado tempo e espaço; e também estética, pois remete a percepção sensível e provoca o indivíduo rumo a sua própria elaboração de um sentido; elementos estes que distinguem a experiência relacional da “história performada” daquela que se constroi por meio da leitura historiográfica, uma experiência que sem dúvidas merece a atenção dos historiadores, sobretudo aqueles que se interessam pela história pública.

Por certo, chama a atenção algumas das iniciativas em história pública mundo afora que já lançam um olhar mais atento para a relação entre a história e a performance. Destaco aqui como exemplo o trabalho desenvolvido pelo historiador público canadense David Dean, responsável pela criação do *Master of Arts* (M.A.) em história pública da Carleton University em Ottawa que em 2002 instituiu em sua grade uma especialização em *history and performance* que estimula a pesquisa, mas também a produção de conteúdo histórico em linguagens como o teatro, a performance, a dança, a fotografia, o cinema e a televisão, a música e também as plataformas digitais. Dean, que também atuou como historiador no *National Art Centre's English Theatre* de Ottawa, tem promovido pesquisas voltadas para as representações da história nos palcos ao perceber como é ainda pequena a atenção dada pelos historiadores, mesmo os públicos, a este espaço. Inspirado por pesquisas aos moldes da de Roy Rosenzweig e David Thelen por aqui citadas, Dean realizou uma pesquisa qualitativa com o público de sessões do espetáculo *Vimy*, peça do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dramaturgo também canadense Vern Thiessen, sobre a batalha homônima que marcou a participação canadense, e logo a história e memória daquele país, durante a Primeira Guerra Mundial. Sua pesquisa procurou abordar as relações construídas entre o espetáculo assistido e o conhecimento histórico anterior sobre o tema a que cada indivíduo tinha acesso com o intuito de apreender o potencial do teatro enquanto espaço para a prática de uma história pública, distinguindo nas respostas, entre outros pontos, processos de aprendizado e mesmo de revisão sobre a história ali representada. O autor ainda aponta como essa “história performada” mobiliza a compreensão das complexas negociações entre o passado e o presente tensionados na produção de um discurso, neste caso o espetacular, mas também o historiográfico, devemos levar em consideração. Sobre este ponto, cito alguns questionamentos relevantes levantados pelo autor:

Como a tensão entre o impulso para alcançar a autenticidade de acordo como o registro histórico se desdobra em uma obra de ficção, mesmo que esta tenha alguma relação com eventos reais? Como as representações do passado “preenchem um vazio” entre o passado e o presente, e como negociamos a distância histórica em nossas várias performances da história? Como o presente molda nossa compreensão e representação do passado, e como as performances do passado moldam nosso presente?¹ (DEAN, 2013, p.37)

Desta forma são muitas as “brechas” que as representações da história por meio da performance dispõem ao campo da história pública e seus praticantes. Isso porque muitos dos elementos próprios da linguagem performática podem operar como potencializadores na comunicação de narrativas históricas que não se restringem ao e não são somente produzidas pelo meio acadêmico, potenciais que podem ser dialógicos, sócio-políticos, educativos e estéticos, por exemplo, e se não dedico maior tempo neste

¹ No original: *How does the tension between a drive to achieve authenticity by paying attention to the historical record play out in an imaginative work, even if it is one with some relation to actual events? How do representations of the past “mind the gap” between past and present, and how do we negotiate historical distance in our various performances of history? How does the present shape our understanding and representation of the past, and how do performances of the past shape our present?* (DEAN, 2013, p.37)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

breve texto para refletir sobre cada uma destas facetas que se entrecruzam, gostaria de me deter pelo menos em uma delas, o potencial autorreflexivo.

A história pública no Brasil, assim definida e para além das especulações que se faziam individualmente até então, tem sua origem mais popularmente reconhecida no ano de 2011 quando o primeiro Curso de Introdução à História Pública foi sediado na Universidade de São Paulo. O evento foi fundamental para a consolidação de um campo, no sentido mais *bourdiano* do termo, de práticas e interesses comuns que logo culminou na primeira publicação nacional sobre o tema² e na criação da Rede Brasileira de História Pública (2012). Apesar do viés prático dessa primeira atividade, aproximado talvez do pragmatismo da história pública estadunidense ao propor uma série de oficinas, minicursos e palestras com o objetivo de capacitar historiadores e interessados no manuseio de ferramentas que permitissem a ampliação de suas audiências, de lá para cá essa foi uma tendência que se dissipou e é possível dizer que a história pública, como ocorreu em todos os demais lugares por onde se difundiu, se “aclimatou” ao cenário intelectual brasileiro. O historiador Ricardo Santhiago, um dos organizadores do curso em questão, tem sido um dos teóricos que mais pensa sobre o assunto, apontando como num contexto em que – até pouco tempo atrás – não havia um reconhecimento do historiador enquanto profissional e em que as reflexões sobre o campo nasceram na academia entremeadas pelas práticas de pesquisa, ensino e extensão, a história pública foi sendo concebida como um espaço de autorreflexão sobre o próprio ofício do historiador acadêmico em relação ao seu entorno. Em suas palavras:

“[...] aqui, a *public history* não tem sido traduzida em esforços de criação de um campo disciplinar e profissional separado. [...] ela vem sendo ativada como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. [...] para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria

² Me refiro ao livro *Introdução à História Pública* organizado pelas historiadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, publicado em 2011 pela Letra e Voz.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

deflagradora de **um exercício de retrospectção.**” (SANTHIAGO, 2018, p.204, grifos meus)

A autorreflexividade ou o exercício de retrospectção ao qual o autor se refere me parece dizer respeito, num primeiro momento, a uma meditação mais individual, a uma tomada de posição e a uma resposta consciente frente ao desafio que a história pública tomada como esta chave conceitual colocava diante do historiador em seu ofício. Essa autorreflexão, tão necessária para a revisão de práticas e métodos de pesquisa levados à cabo até então de forma indistinta no cotidiano acadêmico me parece deixar escapar uma outra faceta de autorreflexividade que possui peso tão expressivo quanto esta primeira, aquela em que o historiador não se volta para si, mas para o público.

O que se compreende por público é, em história pública, uma questão complexa e ainda por ser melhor desenvolvida, mas sabemos que a preocupação com o público leitor não especializado da historiografia, o discurso mais tradicional produzido pelo historiador acadêmico, por exemplo, esteve fora do escopo da disciplina que se legitimou entre pares por tempo considerável (NICOLAZZI, 2010). Como contraponto, o historiador Fernando Nicolazzi tem refletido sobre como o ato de recepção e de leitura da narrativa histórica por parte do público em geral é uma parte importante do processo de legitimação do trabalho do historiador e do processo de consolidação de um conhecimento histórico. Em texto recente, o autor atenta para a necessidade dos historiadores conhecerem os seus distintos públicos, algo que só é possível quando se reconhece também a existência de distintas formas de produzir e fazer circular narrativas históricas na sociedade. Em diálogo com o conceito de *regimes historiográficos* dos franceses François Hartog e Gérard Lenclud, o historiador denota três desses possíveis regimes em atual produção no Brasil: um regime historiográfico acadêmico, um regime historiográfico escolar e um regime historiográfico de circulação ampla, cada qual operando a partir de lógicas próprias podendo ou não compartilhar espaços e produções (NICOLAZZI, 2019).

Se considerarmos a performance da história como uma parte integrante deste também complexo regime historiográfico de circulação ampla do qual nos fala Nicolazzi, temos aí a possibilidade de compreender mais detidamente como se dá o ato de leitura e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recepção do público que testemunha as narrativas históricas representadas em cena. Esse movimento solicita um esforço conjunto que une as lentes e indagações do campo da história pública, como o fez David Dean em sua pesquisa, e as ferramentas dos campos da performance, e aqui é possível falar desde formas teatrais e expressões artísticas distintas que fazem uso de elementos históricos em seu processo criativo (teatro documentário, o teatro verbatim, o teatro autobiográfico, o biodrama, a palestra-performance, entre outros) até mesmo as chaves conceituais próprias (a estética da recepção, a desmontagem cênica, a mediação teatral, entre outras). O potencial autorreflexivo desse diálogo a que mencionei anteriormente reside exatamente nestas práticas possíveis que se mostram como desafios para o historiador que se interessa em conhecer como se constroem o engajamento do público com o passado por meio da performance da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabelo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 22-26 de julho de 2013.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. O que é, como e por que história pública? Algumas considerações sobre indefinições. **Anais do VIII Congresso Internacional de História e XXII Semana de História**, 2017.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). **História pública no Brasil: sentido e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.133-148.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). **História pública no Brasil: sentido e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.57-69.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GRUPO CARMIN. Década Carmin. Natal: Fortunella Casa Editrice, 2017.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Mauad, Ana Maria. “Usos do passado e história pública: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)”. **Historia Crítica** n. ° 68 (2018): 27-45, 2018.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública?. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Maria Gouveia de Oliveira, (org.). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.31-52.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista de História e Ensino*, v.8, n.15, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.523-545, jul/dez 2010.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. PONTUAL, Virgínia Pitta. A cidade e a guerra: A visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do natal na segunda guerra mundial. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PEERS, Laura. “Playing ourselves”: first nation and native american interpreters at living history sites. *The Public Historian* Vol. 21, No. 4 (Autumn, 1999), pp. 39-59 (21 pages) Published By: University of California Press.

ROKEM, Freddie. *Performing history: theatrical representations of the past in contemporary theatre*. Iowa City: University of Iowa Press, 2002.

ROSENZWEIG, Roy THELEN, David *The presence of the past popular uses of history in American life* New York Columbia University Press, 1998.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.185-196.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. **Dois palavras, muitos significados:** alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). *História pública no Brasil: sentido e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.23-35.

SANTOS, Ivan de Melo. *História em cartaz: o teatro documental do Grupo Carmin, um exercício de história pública*. Monografia. Bacharelado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SMALL, Daniele Avila. *Historiografias de artista: escritas da história no teatro documental contemporâneo*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). *História pública no Brasil: sentido e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.37-46.